

FRANÇOISE VERGÈS
UM FEMINISMO DECOLONIAL

TRADUÇÃO
JAMILLE PINHEIRO DIAS
RAQUEL CAMARGO

7	Por um feminismo radical FLÁVIA RIOS
13	Nota da tradução
19	Prefácio à edição brasileira
25	Invisíveis, elas “abrem a cidade”
29	1. DEFINIR UM CAMPO: O FEMINISMO DECOLONIAL
81	2. A EVOLUÇÃO PARA UM FEMINISMO CIVILIZATÓRIO DO SÉCULO XXI
141	Sobre a autora

POR UM FEMINISMO RADICAL

Flávia Rios

Publicada na França em março de 2019, esta breve e incendiária crítica ao feminismo, longe de ser uma luta *contra* o feminismo, propõe uma luta *pelo* feminismo. E, se não se trata de um manual nem de uma tese acadêmica *stricto sensu*, trata-se de um manifesto que defende a um só tempo um feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista, visando ao alargamento de seus horizontes libertários e igualitários.

Afirmando-se feminista, a cientista política Françoise Vergès se soma às vozes de intelectuais racializadas que há muito buscam fazer do feminismo uma teoria radical contra o capitalismo, o racismo e o sexismo, sem sobrepor uma forma de dominação à outra. Ao tornar-se feminista, é preciso, antes de mais nada, problematizar o feminismo. Incomodada com o uso do termo sem que a ele se faça uma crítica, logo de saída a autora nos avisa que, se hoje ela se diz feminista, nem sempre foi assim... Definir-se feminista consiste no desafio de quem quer revolucionar a prática cotidiana; não é se servir de imagens, discursos e frases de efeito palatáveis ao capitalismo e absorvidos pela publicidade da sociedade de consumo. É preciso combater abertamente o feminismo de feição burguesa, diz Vergès, conhecida por suas críticas radicais.

A fluidez da escrita não faz concessão a julgamentos ácidos, deixando à superfície do texto temas espinhosos. Perguntas

simples para um pensamento complexo talvez possam ajudar: afinal, o que é um feminismo decolonial? Contra quem ele se insurge? Como Vergès faz dialogar a abordagem decolonial com a perspectiva interseccional?

O grande diferencial deste livro é revelar as clivagens entre os diferentes feminismos. Podemos ter uma visada geral das disputas de narrativa no feminismo francês, mas também nos inteirar do pensamento e das lutas das mulheres de diferentes continentes, especialmente as vindas das chamadas epistemologias do Sul, que de forma alguma podem ser confinadas a fronteiras hemisféricas ou geográficas. Mirando a vivência e a produção intelectual do Sul global, a autora reconhece e dialoga com intelectuais africanas, latino-americanas e asiáticas, cujas experiências e reflexões sobre a colonialidade contribuem para um entendimento mais complexo das formas de dominação e exploração globais. Nesse sentido, o feminismo decolonial se volta para os problemas gerados pelas relações coloniais (em que se inserem a escravidão e seus efeitos deletérios) e também para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral.

Assim, o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres. Opõe-se também ao “feminismo civilizatório”, que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas. Exemplo flagrante desse feminismo civilizatório seria a política de controle de natalidade, tema bem conhecido

das brasileiras já familiarizadas com os debates nacionais, visto que uma das históricas divergências entre feministas negras e brancas no Brasil reside justamente no entendimento da concepção acerca dos direitos reprodutivos. Em tempo: denúncias de esterilização e controle dos corpos de mulheres racializadas no país datam do contexto da ditadura militar, como demonstrou o movimento de mulheres negras. Esse, aliás, é um dos pontos do livro que marcam a proximidade entre as discussões realizadas no Brasil e a reflexão da autora.

Há, todavia, outros pontos em comum entre o que se tem produzido na Europa hoje e o que já foi e continua sendo debatido entre nós, como a crítica radical ao eurocentrismo no pensamento feminista. Ao ler várias passagens desse ensaio, quem não se lembrará do seminal *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Lélia Gonzalez, escrito há mais de três décadas?

O chamado feminismo interseccional conheceu relevância graças ao trabalho e ao pensamento coletivo das feministas negras americanas a partir dos anos 1970, registrados no famoso manifesto do coletivo Combahee River, e aos esforços de Kimberlé Crenshaw em cunhar e aperfeiçoar a ferramenta analítica. A despeito de não se opor a ele, Françoise Vergès opta por defender uma perspectiva feminista *com e para além* da interseccionalidade. De alguma forma, embora o *black feminism* seja altamente influente no pensamento da autora, sua abordagem não se limita a ele.

Em primeiro lugar, ainda que a interseccionalidade seja uma teoria sistêmica e possa abarcar um conjunto de categorias que se interconectam – gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, dentre outras –, a essa abordagem é preciso somar uma crítica mais substantiva ao capitalismo. É nesse sentido que os esforços das teóricas feministas materialistas são funda-

mentais, pois reposicionam o problema da reprodução social, seja na dimensão da reprodução biológica (aí localizado todo o trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado, geralmente realizado no âmbito da família e do lar por meio de cuidados com parentes, idosos, portadores de necessidades especiais. Acresce-se a isso a reprodução social institucionalizada no mercado de trabalho formal, marcada pelo rebaixamento do *status* social, pela humilhação, pela invisibilidade, pela insalubridade, pela baixa remuneração e pela precariedade dos direitos. Embora todas essas dimensões sejam relevantes para a autora, seu esforço maior é mostrar que o trabalho doméstico remunerado – sobretudo o terceirizado – garante a engrenagem diária do capitalismo. Ou seja, esse trabalho invisível, produzido majoritariamente por mulheres racializadas, é que gera a limpeza e a organização do mundo capitalista. Em uma frase, é o que garante o caráter civilizatório da modernidade ocidental. Esse esforço de pensar o modo como raça, gênero e classe se constituem mutuamente e globalmente nas grandes cidades destaca-se como um dos ganhos mais notáveis do livro.

Por fim, uma nota de advertência: o termo “racialização”, aqui, não pode ser reduzido às pessoas negras, tal como ocorre nas Américas e no Brasil em particular. Ou seja, ao se referir às mulheres racializadas, Vergès também considera aquelas vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na condição de imigrantes ou refugiadas. O mesmo termo é válido para mulheres que, embora possuam cidadania francesa no papel, não escapam aos processos de racialização devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo que as impeça de adentrar a seleta e exclusiva sociedade ocidental.

Françoise Vergès escreve *sobre e contra* um dos berços do feminismo do Ocidente. A França, com sua autoimagem civilizatória, republicana e universalista, é posta à prova, já que esses ideais abstratos são frágeis diante da concretude dos processos de racialização, do controle dos corpos das mulheres não ocidentais e da hiperexploração capitalista. Nesse sentido, sua crítica reage às bases fundantes e ao próprio desenvolvimento do feminismo ocidental, uma vez que esse teria se curvado ao eurocentrismo, ao neoliberalismo econômico, ao imperialismo geopolítico e cultural e à colonialidade do poder epistêmico. Na contramão, a pensadora francesa se junta aos esforços das ativistas e intelectuais feministas do Sul global, com suas abordagens que explicam a natureza e os mecanismos de reprodução das desigualdades e da exploração nas sociedades contemporâneas em escala planetária; muitas delas ainda apresentam uma perspectiva emancipatória ancorada em valores radicalmente opostos ao capitalismo e ao racismo. É nessa trincheira que Françoise Vergès enfrenta os grandes desafios do feminismo no século XXI.

FLÁVIA RIOS é professora da Universidade Federal Fluminense e coautora de *Negros nas cidades brasileiras* (São Paulo: Intermeios, 2019) e da biografia de Lélia Gonzalez (São Paulo: Negro/Summus, 2010).

NOTA DA TRADUÇÃO

Jamille Pinheiro e Raquel Camargo

O campo semântico do termo em francês *décolonial* – presente no título e principal conceito do livro –, empregado por Françoise Vergès, caracteriza-se pelo enfrentamento da colonialidade do poder que, mesmo após a formalização da independência de territórios colonizados, persiste como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo.

Na França, o termo costuma estar associado ao ativismo antirracista e a um amplo combate à xenofobia, destacando-se a defesa de imigrantes e descendentes de imigrantes vindos de ex-colônias. No Brasil, o adjetivo “decolonial” tem sido associado à recepção de estudos do grupo conhecido como Modernidade / Colonialidade / Decolonialidade (MCD), formado por pesquisadores latino-americanos atuantes nas Américas (ver, a esse respeito, autores como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Catherine Walsh).

Para traduzir as poucas ocorrências em que Vergès mobiliza a palavra *décolonial* para se referir propriamente aos processos histórico-administrativos de *desligamento* das metrópoles das ex-colônias, optamos por utilizar termos como “descolonizar”, “descolonização” e “descolonial”. Em contrapartida, nos momentos em que a autora faz referência ao movimento contínuo de tornar pensamentos e práticas cada vez mais *livres* da colonialidade, recorreremos a termos como “decolonial”

e “decolonialidade”, marcando essa diferença por meio da supressão do “s”. Tal opção busca enfatizar que os processos histórico-administrativos de descolonização de um território não garantem que os discursos que circulam nele e sobre ele tenham superado a lógica colonial.

Buscamos, ainda, acompanhar o recurso de escrita inclusiva do qual Vergès se vale para marcar o gênero das palavras no francês – aglutinando tipograficamente feminino e masculino, ligados por pontos dentro de cada palavra. Para isso, lançamos mão de uma padronização análoga em português, utilizando barra no interior dos termos. Assim, traduzimos, por exemplo, *opprimé•e•s* por “oprimidos/as”, *vaincu•e•s* por “vencidos/as” e *colonisé•e•s* por “colonizados/as”.

FRANÇOISE VERGÈS UM FEMINISMO DECOLONIAL

Prefácio à edição brasileira

Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravatura e do colonialismo. Chamo esse feminismo de *civilizatório* porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta *por natureza* à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades *por natureza* hostis à igualdade (todas as outras, mas principalmente a muçulmana). Se o termo “feminista” foi esvaziado de seu sentido, se os direitos das mulheres são apenas um trunfo nas mãos dos imperialistas e neoliberais, como explicar a rejeição que essas expressões continuam encontrando, a violência que elas suscitam ou a recusa da própria noção de gênero entre os poderosos? O patriarcado não se expressa da mesma forma

nos diversos lugares do mundo, não se apresenta com as mesmas feições, mas o fato de ele ser, aqui, abertamente grosseiro, vulgar, brutal, racista, misógino, homofóbico, transfóbico, enquanto lá se mostra educado, elegante, diz-se aberto à diversidade e ao multiculturalismo e se afirma partidário dos direitos das mulheres, não deve passar despercebido. Os objetivos das políticas desses patriarcas são os mesmos: servir ao capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, despojar, decidir quais vidas importam e quais não importam.

O que eu quis destacar neste livro foram fatos simples, concretos e tangíveis que iluminam a estrutura profundamente racializada, estratificada e marcada pelo gênero que permite à sociedade burguesa funcionar há séculos. Longe de ser um discurso feminista abstrato, esses fatos são visíveis a quem deseja vê-los. Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade.¹ Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo

¹ Na França, o termo “racializada” é empregado para designar todas as mulheres que a colonialidade fabrica como “outras”, para discriminar, excluir, explorar, desprezar.

de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que se sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo.

A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado. O proprietário do corpo eficiente, que tem como medida o corpo branco e masculino, deve demonstrar sua disposição de passar longas horas na academia ou no escritório, de trabalhar até tarde da noite e no fim de semana, pois essa capacidade é o sinal do seu sucesso e da sua adesão à ordem dominante; seu esgotamento é a prova do seu triunfo sobre as necessidades básicas dos simples mortais. “O” proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital. A fabricação de uma vulnerabilidade diferenciada para uma morte prematura, analisada por Ruth Wilson Gilmore,

é o próprio sinal dessa economia: morte prematura de vidas negras, morte prematura de recursos. A escravatura fabrica vidas supérfluas, nas quais nem a vida nem a morte importam, corpos-húmus do capitalismo. Para essa economia simbólica e material, o *status* de pessoa supérflua das mulheres negras associa-se a uma existência necessária, eis aí todo o paradoxo aparente das vidas necessárias e invisibilizadas.

Sob o regime neoliberal, nas cidades do século XXI, com suas residências vigiadas, seus bairros militarizados, as mulheres negras e racializadas são autorizadas a entrar nos enclaves burgueses, em seus espaços privados, mas os outros membros dessas comunidades supérfluas – os membros das famílias e vizinhos dessas mulheres – devem permanecer na porta das residências privadas e dos bairros reservados, caso contrário correm o risco de serem mortos pela polícia do Estado ou privada. As mulheres negras e racializadas podem circular na cidade, mas unicamente como presença fantasmagórica. Pode-se, então, ver o quanto as feministas civilizatórias, ao universalizarem sua situação, contribuem para a manutenção de um sistema de exploração racial. Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias.

Enquanto escrevo este prefácio, a epidemia do Covid-19 poderia fazer com que minhas observações parecessem irrisórias. Mas o confinamento imposto pelos governos de países europeus para frear a epidemia do vírus torna ainda mais visível a divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas. Na realidade, a possibilidade de confinamento nos países europeus ilumina mais do que nunca as diferenças de classe, gênero e raça. Há os/as confinados/as e os/as não confinados/as, e estes últimos garantem a vida cotidiana dos primeiros, levam os produtos aos comércios abertos porque são “essenciais” ao funcionamento da sociedade, arrumam as mercadorias nas prateleiras, organizam os caixas; são os coletores e coletoras de lixo, as funcionárias e os funcionários dos correios, os entregadores, os motoristas de transporte público, as mulheres responsáveis pela limpeza de clínicas e hospitais, os motoristas de transportes rodoviários, as babás e tantas outras profissões. Todas essas pessoas, indispensáveis ao confinamento, trabalham sem proteção alguma, sem máscara e sem luvas, e precisam deixar suas crianças sozinhas porque as escolas estão fechadas. Classe, gênero, idade, racialização, problemas de saúde, problemas de babás para as crianças, preocupações com o próximo perpassam os dois grupos, mas as pessoas não confinadas são mais expostas ao estresse, à inquietude, ao cansaço e à contaminação. Entre os elementos do confinamento que contribuem para as diferenças de classe, gênero e racialização, há aquelas/aqueles que vivem em 12 m² e aquelas/aqueles que vivem em 150 m², aquelas/aqueles que podem usar o serviço de *delivery* ou não, aquelas/aqueles que têm como se cadastrar em diversos sites de *streaming* ou não, aquelas/aqueles que possuem uma boa banda larga para garantir cursos em casa ou não, aquelas/aqueles que podem ajudar as crianças com os deveres de casa ou não, aque-

las/aqueles que têm computador e impressora ou não, aquelas/aqueles que estão totalmente isolados/as ou não, estrangeiros/as legalizados/as ou não, aquelas/aqueles que estão financeiramente confortáveis ou não, as mulheres e crianças que vivem com seus companheiros violentos, as mulheres sozinhas com crianças – em resumo, milhares e milhares de situações tragadas por um discurso nacional de um país onde as desigualdade, as violências do Estado, o racismo e o sexismo organizam a vida social há anos. Os/as habitantes dos bairros populares, em sua maioria racializados/as, são os/as mais assediados/as pela polícia, os/as mais vigiados/as, os/as mais acusados/as de não obedecer às medidas do governo. O governo age como se as pessoas que moram na rua, os/as refugiados/as, os/as pobres tivessem as mesmas condições de vida, o mesmo acesso à informação que os/as burgueses. O desprezo imenso traça novamente uma fronteira entre vidas que importam e vidas que repousam sobre o trabalho mal pago, explorado, invisível, porém necessário de centenas de milhares de outros. O corpo médico e todas as pessoas que garantem a vida de um hospital – portanto, também aquelas/aqueles que limpam, mantêm, administram etc. – não dispõem de máscaras e de aventais suficientes e estão exaustos/as. O confinamento é uma política de ricos. Ele é apenas um exemplo, entre tantos outros, de uma organização do mundo fundada sobre a exploração e a fabricação de vidas supérfluas. A análise feminista decolonial antirracista e anticapitalista da gestão dessa pandemia não difere tanto daquela do cuidado e da limpeza, pois ambos são indispensáveis para o funcionamento do mundo médico.

22 de março de 2020.

Invisíveis, elas “abrem a cidade”

Ganhem as mulheres, o resto virá por si.

FRANTZ FANON¹

No entanto, a raiva expressa e traduzida em uma ação a favor de nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força, pois é nesse processo doloroso de tradução que identificamos quem são os nossos aliados com quem temos sérias diferenças e quem são nossos verdadeiros inimigos.

AUDRE LORDE²

Em janeiro de 2018, após quarenta e cinco dias de greve, mulheres racializadas que trabalham na Gare du Nord³ obtiveram vitória contra seu empregador, a empresa de limpeza Onet, terceirizada que presta serviços à SNCF [Sociedade Nacional

¹ Frantz Fanon, *L'An v de la Révolution algérienne*, in *Œuvres*. Paris: La Découverte, 2011, p. 275.

² Audre Lorde, “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo” in *Irmã Outsider*, trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 160.

³ Estação do Norte, uma das estações de trem mais movimentadas de Paris. [N. T.]

Sobre a autora

FRANÇOISE VERGÈS nasceu em 1952, em Paris, França. Cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais, Vergès cresceu na ilha da Reunião (França), morou na Argélia, no México, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Graduou-se em Ciências Políticas e Estudos Feministas na San Diego State University (1989). PhD em teoria política pela Berkeley University of California (1995), publicou sua tese *Monsters and Revolutionaries: Colonial Family Romance and Métissage* [Monstros e revolucionários: o romance da família colonial e a mestiçagem] pela Duke University Press (1999). Lecionou na Sussex University e na Goldsmiths College (Inglaterra). De 2009 a 2012, presidiu o comitê nacional francês de preservação da memória e da história da escravidão. Entre 2014 e 2018 foi titular do programa Global South(s) no Collège d'études mondiales da Fondation Maison des Sciences de l'Homme. Publicou diversos artigos sobre Frantz Fanon, Aimé Césaire, abolicionismo, psiquiatria colonial e pós-colonial, memória da escravidão, processos de creolização no oceano Índico e novas formas de colonização e racialização. Trabalha regularmente com artistas, tendo sido coautora dos documentários *Aimé Césaire face aux révoltes du monde* [Aimé Césaire em face das revoltas do mundo] e de *Maryse Condé: Une voix singulière* [Maryse Condé: uma voz singular], ambos dirigidos por

Jérôme-Cécile Auffret, e consultora curatorial da *Documenta* 11 (2002) e da *Paris Triennale* (2012). Organizou as exposições *L'Esclave au Louvre: une humanité invisible* [O escravo no Louvre: uma humanidade invisível], no Museu do Louvre, em 2013, além de *Dix femmes puissantes* [Dez mulheres poderosas], em 2013, e de *Haiti, medo dos opressores, esperança dos oprimidos*, em 2014, ambas para o Mémorial de l'abolition de l'esclavage, de Nantes.

OBRAS SELECIONADAS

Le Ventre des femmes: Capitalisme, racialisation, féminisme. Paris: Albin Michel, 2017.

Exposer l'esclavage: méthodologies et pratiques. Paris: Africultures, 2013.

L'Homme prédateur. Ce que nous enseigne l'esclavage sur notre temps. Paris: Albin Michel, 2011.

Ruptures postcoloniales, em coautoria com Nicolas Bancel, Florence Bernault, Pascal Blanchard, Ahmed Boubakeur e Achille Mbembe. Paris: La Découverte, 2010.

Monsters and Revolutionaries: Colonial Family Romance and Métissage. Durham: Duke University Press, 1999.

Título original: *Un féminisme décolonial*

© La Fabrique Éditions, 2019

© Ubu Editora, 2020

IMAGEM DA CAPA © Douglas, Emory / AUTVIS, Brasil, 2020.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

ASSISTENTES EDITORIAIS Isabela Sanches e Júlia Knaipp

PREPARAÇÃO Sheyla Miranda

REVISÃO Orlinda Teruya e Cacilda Guerra

DESIGN Elaine Ramos

ASSISTENTE DE DESIGN Livia Takemura

PRODUÇÃO GRÁFICA Marina Ambrasas

Nesta edição, respeitou-se o novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication année 2019 Carlos Drummond de Andrade de l'Ambassade de France au Brésil, bénéficie du soutien du Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação ano 2019 Carlos Drummond de Andrade da Embaixada da França no Brasil, contou com o apoio do Ministério francês da Europa e das Relações Exteriores.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8 / 9410

Vergès, Françoise [1952-]

Um feminismo decolonial / Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

Título original: *Un féminisme décolonial*.

São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.

ISBN 978 85 7126 060 3

1. Feminismo. I. Camargo, Raquel. II. Título.

2020-556

CDD 305.42 CDU 396

Índice para catálogo sistemático:

1. Feminismo 305.42

2. Feminismo 396

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br

professor@ubueditora.com.br

  /ubueditora